

**1<sup>a</sup>**  
**MARA**  
**TONA**   
**QCONCURSOS**

S I M U L A D O

# Trabalho e Saúde do Servidor

Concurso Público Nacional  
Unificado do Governo Federal

 **Bloco 4**



**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL**

**BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**01** - O candidato recebeu o seguinte material:

**a)** Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **70 (setenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Gerais	20 questões
Eixo Temático 3	10 questões
Eixo Temático 4	20 questões
Eixo Temático 5	20 questões
<b>Total:</b>	<b>70 questões</b>

**b)** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

**02-** Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

**03-** O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

**04-** Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

**05-** Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

**01-**

Pode-se dizer que o federalismo utilizado no Brasil é um sistema político em que o poder é compartilhado entre o governo central, representado pela União, e os governos estaduais e municipais, além do Distrito Federal. Há, assim, uma divisão de competências entre esses diferentes níveis de governo, estabelecendo que cada um tem suas próprias atribuições definidas pela Constituição Federal. Esse modelo busca promover a autonomia e a descentralização administrativa, permitindo que os estados e municípios tenham alguma independência na gestão de suas políticas e recursos, ao mesmo tempo em que mantêm uma união política e econômica sob a égide da República Federativa do Brasil. No contexto do federalismo brasileiro, o que se entende por descentralização de políticas públicas?

- (A) Transferência de recursos federais para os estados sem autonomia decisória
- (B) Concentração de poder decisório exclusivamente nas mãos do governo federal
- (C) Distribuição de competências e recursos para estados e municípios, conferindo-lhes maior autonomia na gestão de políticas públicas**
- (D) Redução da participação da sociedade civil na formulação de políticas
- (E) Centralização das políticas públicas em uma única esfera governamental

**02-**

No contexto do federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, qual órgão governamental é responsável pela coordenação e implementação dos programas nacionais de assistência social?

- (A) Ministério da Educação
- (B) Ministério da Saúde

(C) Ministério da Justiça

**(D) Ministério do Desenvolvimento Social**

(E) Ministério do Meio Ambiente

**03-**

Sobre os fundamentos e os objetivos da República Federativa do Brasil, além de outros elementos especialmente ligados ao exercício do poder. Nesse contexto, qual princípio fundamental estabelecido na Constituição Federal de 1988 do Brasil busca evitar o abuso de poder e garantir a autonomia e equilíbrio entre os poderes do Estado?

(A) Soberania popular

**(B) Separação dos poderes**

(C) Direitos sociais

(D) Federalismo

(E) Autonomia municipal

**04-**

Tendo em vista que o ordenamento jurídico brasileiro é o conjunto de todas as normas em vigor no país, qual documento jurídico podemos reconhecer como primordial a todo o sistema, delineando os princípios da democracia e os direitos dos cidadãos, estabelecendo a estrutura legal do Brasil após a redemocratização em 1988?

(A) Emenda Constitucional

(B) Lei Ordinária

(C) Lei Complementar

(D) Constituição Estadual

**(E) Constituição Federal**

**05-**

Como podemos determinar o papel do Poder Legislativo no sistema de divisão de poderes da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988?

(A) Executar as leis aprovadas pelo Poder Judiciário.

**(B) Fiscalizar as ações do Poder Executivo e elaborar leis.**

(C) Interpretar e aplicar as leis em casos específicos.

(D) Gerenciar e administrar as políticas públicas do país.

(E) Nomear juízes e promotores para o Poder Judiciário.

**06-**

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) é uma iniciativa governamental instituída pelo Decreto nº 7.037/2009. Por meio de diretrizes e ações específicas, o PNDH-3 busca combater a violência, a discriminação e a impunidade, enquanto promove a inclusão social, a igualdade de gênero, o direito à saúde, à educação, entre outros aspectos fundamentais. É uma ferramenta essencial para construir uma sociedade mais justa e democrática. Pode-se dizer que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), tem como propósito primordial:

(A) Ampliar os privilégios de determinados grupos sociais.

(B) Restringir as liberdades individuais dos cidadãos.

**(C) Promover e proteger os direitos humanos em diversas esferas da sociedade.**

(D) Reforçar a segregação e a exclusão social.

(E) Ignorar as necessidades dos grupos marginalizados.

**07-**

Dentro das áreas prioritárias de atuação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), uma das principais é:

(A) Limitar a participação da sociedade civil.

(B) Ignorar as demandas por igualdade racial.

(C) Reduzir a transparência das políticas públicas.

(D) Combater a corrupção no setor privado.

**(E) Promover a igualdade racial e étnica.**

**08-**

No contexto do serviço público, qual é o papel do servidor em relação à divulgação de informações sobre atos administrativos e práticas de gestão?

(A) O servidor tem o direito de manter todas as informações em sigilo, sem divulgação externa.

(B) O servidor deve divulgar seletivamente apenas as informações que julgar conveniente para o interesse público.

**(C) O servidor é obrigado a divulgar todas as informações, independentemente de sua natureza, visando à transparência e prestação de contas.**

(D) O servidor pode divulgar informações apenas sob autorização expressa de seus superiores hierárquicos.

(E) O servidor tem o direito de manipular informações de acordo com sua própria conveniência, sem necessidade de prestar contas.

09-

No contexto da integridade pública, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.529/2023, qual é a importância da gestão de riscos e das medidas mitigatórias na Administração Pública?

(A) A gestão de riscos e medidas mitigatórias são práticas opcionais que podem ser adotadas pela Administração Pública, mas não são consideradas essenciais.

(B) A gestão de riscos é útil apenas em setores específicos da Administração Pública, enquanto as medidas mitigatórias são dispensáveis.

**(C) A gestão de riscos e medidas mitigatórias são fundamentais para identificar, avaliar e responder a possíveis ameaças à integridade pública, reduzindo os impactos negativos e prevenindo a ocorrência de irregularidades.**

(D) A gestão de riscos é responsabilidade exclusiva dos gestores públicos, enquanto as medidas mitigatórias devem ser implementadas apenas em caso de crise.

(E) A gestão de riscos e medidas mitigatórias devem ser terceirizadas para empresas especializadas, pois são atividades complexas e de alto custo.

10-

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que dispõe sobre o acesso a informações públicas, qual é o prazo máximo para que um órgão público responda a um pedido de acesso à informação quando não for possível o acesso imediato?

(A) 10 dias corridos, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa.

(B) 15 dias corridos, prorrogáveis por mais 15 dias mediante autorização do Ministério da Justiça.

**(C) 20 dias úteis, prorrogáveis por mais 10 dias úteis mediante justificativa expressa.**

(D) 30 dias úteis, prorrogáveis por mais 30 dias úteis mediante solicitação do requerente.

(E) 45 dias corridos, prorrogáveis por mais 45 dias corridos mediante decisão do Presidente da República.

11-

A ideia de que é fundamental respeitar, promover e garantir a igualdade de gênero no ambiente corporativo está bastante difundida, felizmente. Se existem organizações que pregam o contrário, certamente são minoria. Afinal, a opinião pública tem sido implacável com marcas associadas a casos de preconceito (pré-julgamento) e de discriminação (ação injusta) com seus colaboradores.

Fonte: <[hps://exame.com/](https://exame.com/)>,  
Acesso em 13/03/2024.

No contexto da diversidade de gênero, assinale o item que reflete uma prática inclusiva e respeitosa no ambiente de trabalho.

(A) Negar acesso a banheiros de acordo com o gênero com o qual os funcionários se identificam.

(B) Permitir que apenas os funcionários com identidades de gênero tradicionais ocupem cargos de liderança.

(C) Oferecer treinamento obrigatório sobre diversidade de gênero apenas para os funcionários LGBTQIAPN+.

(D) Estabelecer um código de vestimenta estrito baseado exclusivamente no sexo biológico dos funcionários.

**(E) Criar políticas que reconheçam e respeitem os nomes sociais dos funcionários, independentemente de seus nomes de registro.**

12-

A charge a seguir expõe o racismo estrutural, fenômeno que permeia diversas esferas da sociedade, impactando as oportunidades e o bem-estar de grupos étnico-raciais.



Considerando esse contexto, assinale o item que melhor descreve o conceito de racismo estrutural.

- (A) O racismo estrutural é um conceito ultrapassado que não tem relevância nos dias de hoje.
- (B) O racismo estrutural se refere apenas a atitudes individuais de preconceito racial manifestadas por indivíduos.
- (C) O racismo estrutural é um fenômeno exclusivo de países em desenvolvimento e não ocorre em nações desenvolvidas.
- (D) O racismo estrutural é um termo utilizado apenas para descrever a discriminação racial sistêmica dentro de organizações governamentais.
- (E) O racismo estrutural se manifesta através de políticas, práticas e normas institucionais que perpetuam a desigualdade racial, mesmo na ausência de intenções racistas explícitas.**

13-

O Supremo Tribunal Federal determinou que atos de homofobia e transfobia contra indivíduos sejam enquadrados como crime de injúria racial. Na prática, quem for responsável por atos dessa natureza:

- (A) Não terá direito a fiança ou perdão por meio de graça ou anistia.
- (B) Terá direito a fiança e haverá limite de tempo para responder judicialmente.
- (C) Não terá direito a fiança, nem limite de tempo para responder judicialmente.**
- (D) Terá direito a fiança, porém não haverá limite de tempo para responder judicialmente.
- (E) Não perdão por meio de graça ou anistia, nem limite de tempo para responder judicialmente.

14-

Um travesti, servidor público, adota o nome social de Marcela, embora, no assento de nascimento, o seu nome de registro seja Marcelo. Ele gostaria de ser identificado no trabalho pelo nome social e que, assim, o nome social constasse em coisas básicas, como o crachá.

Sob o ponto de vista jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não existe nenhuma norma específica que ampare a pretensão do solicitante.
- (B) A demanda solicitada por Marcela encontra amparo em norma infraconstitucional.**
- (C) O ordenamento jurídico brasileiro ampara de forma tácita a solicitação de Marcela.
- (D) Marcela possui esse direito, pois assim está previsto na Convenção das Nações Unidas para os Direitos LGBTQIAPN+.
- (E) Marcela não possui o direito de ser identificado pelo nome social, uma vez que é um homem que se traveste de mulher.

**15-**

Entre os princípios da administração pública expressos na Constituição Federal, pode-se destacar três: o da \_\_\_\_\_, compreendendo a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica; o da \_\_\_\_\_, evitando que a atuação administrativa distancie-se da boa conduta, que deve imperar com intensidade e vigor no âmbito da Administração Pública; e o da \_\_\_\_\_, censurando a atuação amadorística do agente público, que, no exercício de sua função, deve imprimir incansável esforço pela consecução do melhor resultado possível e o máximo proveito com o mínimo de recursos humanos e financeiros.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) legalidade – moralidade – autotutela.
- (B) impessoalidade – legalidade – eficiência.
- (C) impessoalidade – moralidade – eficiência.**
- (D) supremacia do interesse público – moralidade – eficiência.
- (E) autotutela – moralidade – supremacia do interesse público.

**16-**

Leia o texto da Súmula Vinculante 13:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta

em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

A Súmula citada diz respeito à vedação ao nepotismo, prática que fere diretamente o princípio da:

- (A) Eficiência.
- (B) Autotutela.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.**
- (E) Supremacia do interesse público.

**17-**

De acordo com o decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, as atividades da Administração Federal obedecerão ao seguinte princípio fundamental:

- (A) Cidadania.
- (B) Ordem Jurídica.
- (C) Descentralização.**
- (D) Segurança Interna.
- (E) Garantias Constitucionais.

**18-**

Rezende já era servidor estável, foi aprovado em concurso para outro cargo no mesmo órgão, mas foi inabilitado no estágio probatório e retornou ao cargo anteriormente ocupado. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Rezende passou pelo processo de:

- (A) revisão.
- (B) reinclusão.
- (C) recondução.**
- (D) reintegração.
- (E) reprisação.

19-

Maurício, servidor municipal, protocolou o pedido de aposentadoria em 15/03/2021 data em que se afastou do serviço público. Em 13/08/2022, João praticou crime doloso contra vida. No dia 27/11/2022, foi publicado no Diário Oficial a concessão da aposentadoria definitiva. Pela prática do crime, Maurício foi processado judicialmente, condenado, sendo que em 14/03/2024 houve certificação de que não cabia mais recurso a decisão condenatória.

Diante das informações, assinale, a seguir, o reflexo da decisão judicial na aposentadoria recebida por Maurício.

(A) Será cassada a aposentadoria.

**(B) Não haverá repercussão da decisão na aposentadoria.**

(C) Será transferida para os seus dependentes, caso possua.

(D) Deverá ser suspenso o pagamento até a conclusão de processo administrativo que será instaurado.

(E) Deverá ser suspenso o pagamento enquanto estiver ativo os efeitos da decisão judicial condenatória.

20-

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, é a lei brasileira que impõe o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. De acordo com a referida lei, entende-se por transferência voluntária:

(A) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária

**(B) a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.**

(C) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada

(D) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados.

(E) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas.

21-

A partir do advento da internet e sua enorme capacidade de inovação, novas tecnologias foram sendo criadas. E assim como as novas tecnologias surgem a cada período socioeconômico, novas relações de trabalho também são criadas, tais como:

(A) Novas formas de se entretenimento.

**(B) Novas maneiras de produzir mercadorias.**

(C) Uma acréscimo destacado da falta de interação social.

(D) A intensa comunicação entre as pessoas.

(E) A diminuição da tecnologia.



**22-**

Terceirizar serviços pode comumente provocar a precarização das relações de trabalho, pois não existe vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores ou sócios das empresas contratadas. Em relação a essa nova forma de trabalho, pode-se constatar que:

**(A) Pelos trabalhadores não estarem ligados a empresa de forma direta, a empresa não cria vínculos legais e fortes com o funcionário**

(B) A nova forma de trabalho através da autonomia empregatícia, gera uma maior relação legal entre empregadores e contratantes.

(C) A precarização do trabalho nada mais é do que o resultado dos avanços sociais trabalhistas dentro de uma sociedade neoliberal.

(D) Pelos trabalhadores não estarem ligados a empresa com carteira assinada, ganham mais benefícios tais como plano de saúde e férias remuneradas.

(E) Pelos trabalhadores estarem ligados cada vez mais a questões filosóficas ao serem beneficiados pelas empresas.

**23-**

Como resultado das transformações na esfera política de gestão e na organização do trabalho dentro de contexto atual da globalização, resulta-se o novo perfil de trabalhador (hoje em dia, colaborador) ou da classe social que vive do trabalho e uma nova configuração que mercado de trabalho apresenta. Dessa forma, afirmamos que um dos impactos da atual globalização e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, na virada do século XX para o século XXI, é o:

(A) Aumento do contingente de trabalhadores que trabalham nas fábricas..

(B) Diminuição significativa dos índices de trabalho feminino e infantil.

(C) Aumento da inclusão de jovens no mercado de trabalho.

**(D) Aumento do número de trabalhadores no setor de serviços.**

(E) Redução do número de trabalhadores no setor informal da economia

**24-**

Cláudia, ao se posicionar como trabalhadora que pertence a uma determinada categoria profissional, por meio de um sindicato, defende as conquistas históricas de sua classe trabalhista e mantém solidariedade aos demais trabalhadores na defesa dos interesses coletivos. Defendendo os seus direitos, Cláudia irá se manter em posição oposta a de seus empregadores, reivindicando melhores condições de trabalho, pretendendo inclusive disputar o poder para derivar outra formação social desvinculada do capital ao qual não lhe proporciona condições dignas de trabalho. Em coerência com o texto, assinale a alternativa correta.

(A) No texto acima, a alienação faz com que os trabalhadores se mantenham inertes ante as classes possuidoras de capital.

**(B) Dentro de uma sociedade capitalista, a luta de classes ocorre a partir da tomada de consciência dos trabalhadores para a satisfação de suas necessidades fundamentais de existência.**

(C) Por meio da luta de classes procura-se alcançar o poder para ampliar a riqueza dos proprietários de bens e capitais.

(D) O fato social comum, apresentado no texto, sugere uma normalização passiva e aceitação dos indivíduos trabalhadores à consciência coletiva, mantendo assim uma solidariedade orgânica entre as pessoas.

(E) O texto reflete a apatia social dos trabalhadores na manutenção dos empregos ante uma reforma trabalhista disposta por outra classe que lhes suprime conquistas históricas.

**25-**

Através da Terceira Revolução Industrial, os processos produtivos se transformaram, o que proporcionou profundas mudanças no universo trabalhista. Uma das consequências da Revolução técnico-científica informacional no sistema trabalhista, de um modo geral, foi:

(A) O fortalecimento dos sindicatos

(B) A implantação de tarefas mecânicas e repetitivas

**(C) Maior oferta de mão de obra no setor terciário**

(D) Diminuição dos empregos informais

(E) Menor necessidade de qualificação técnica do trabalhador

**26-**

Algumas empresas de países capitalistas promovem uma associação que as torna um único corpo empresarial, juntando capitais com o propósito de controlar um determinado mercado, bem como a oferta de produtos e principalmente, dos preços.

Esse tipo de integração é caracterizado por:

(A) truste

(B) cartel

**(C) holding**

(D) interdependência

(E) conglomerados

**27-**

Dentro de uma sociedade moderna, um dos temas muito disseminados para refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade é o da identidade social. As inúmeras transformações que aconteceram no mundo durante as últimas décadas do século XX, mudaram a posição de relativa estabilidade no modo como a identidade era construída, como também intensificou o debate sobre o tema na sociedade. O processo de construção da identidade social se espelha à maneira como se torna efetiva a relação entre o indivíduo e a coletividade em determinada estrutura social.

A extensão do assalariamento ao longo do século XX possibilitou a construção de uma identidade social do trabalhador assalariado. Dentro desse contexto, a mediação entre o indivíduo e a sociedade se estabelece:

(A) Principalmente, diante da evolução de técnicas e tecnologias que valorizem o trabalho e, conseqüentemente, o trabalhador.

(B) Unicamente, de forma quantitativa, sendo diretamente proporcional ao valor da remuneração e a valorização social da profissão.

**(C) Comumente, a partir da inserção profissional, na qual o indivíduo se constrói como sujeito e estabelece sua relação com a coletividade.**

(D) Exclusivamente, em consequência da realização e reconhecimento do profissional enquanto perito ou especialista em determinada função.

(E) Através do diálogo crescente entre chefes e representantes de classes trabalhadoras na organização das leis trabalhistas.

**28-**

Quando a tecnologia do app da Uber começou a ser propagada no Brasil, a ideia do: “você pode definir seu próprio horário, tudo depende do que você deseja: em tempo integral ou meio período, ou com flexibilidade para trabalhar quando quiser” eram slogans e frases proliferadas às pessoas que estavam em busca de uma renda extra.

No caso do Uber, a figura do patrão foi substituída por um aplicativo, e a figura do empregado pela do “parceiro” ou “colaborador”, que tem flexibilidade e pode trabalhar “quando quiser”. Como consequência desses novos vínculos flexíveis de trabalho, podemos destacar:

**(A) a diminuição da consciência de classe e a maior dificuldade para reivindicar melhores condições de trabalho.**

(B) o crescimento da consciência de classe e a maior facilidade para reivindicar melhores condições de trabalho.

(C) a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores e o aumento da motivação produzida pela flexibilidade no trabalho.

(D) o aumento da renda dos trabalhadores e a facilidade para reivindicar melhores condições de trabalho

(E) a diminuição da renda dos trabalhadores e consequentemente da motivação produzida pela flexibilidade no trabalho.

**29-**

Um gênero de trabalho atual tem sido muito elogiado pelas perspectivas que podem oferecer à integração de pessoas e regiões desfavorecidas, por impactos ambientais positivos, pela projeção de novas perspectivas de campos profissionais, bem como maior autonomia e flexibilidade. Contudo, as críticas sinalizam desvantagens no cerne das relações humanas em suas mediações por tecnologias da informação e comunicação, falta de limites claros entre tempo e espaço privados e públicos.

Qual o conceito sociológico melhor descreve essa modalidade laboral?

(A) Mindset.

(B) Habitus.

(C) Inteligência artificial.

**(D) Home Office.**

(E) Networking.

**30-**

Leia o texto.

O dia 24 de outubro de 1929 marca o início do que muitos sociólogos consideram a pior crise econômica da história do capitalismo. Nesse dia, a bolsa de valores de Nova Iorque sofreu a maior baixa de sua história e, devido à centralidade dos Estados Unidos na economia mundial, a crise se espalhou para diversos países.

Entre os fatores causadores da crise destacam-se:

(A) A ascensão de regimes nazifascistas, com forte apelo nacionalista, na Itália e na Alemanha, e a aceleração do crescimento econômico do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

**(B) O descompasso entre a produção e o consumo no mercado dos EUA, e a diminuição das exportações desse país para a Europa, o que gerou aumento dos estoques de produtos agrícolas e industrializados e a queda brusca do valor das ações das empresas no mercado financeiro.**

(C) O endividamento dos Estados Unidos, em consequência da devastação que o país sofreu na Primeira Guerra Mundial, e a falência da França e da Inglaterra, que deixaram de cumprir seus compromissos financeiros com a comunidade internacional.

(D) A brusca desvalorização do dólar no mercado internacional, provocada pelo aumento do preço das commodities agrícolas dos países em desenvolvimento, e a política de substituição de importações, adotada pelas economias asiáticas.

(E) As medidas protecionistas adotadas pela União Soviética, favorecendo as indústrias dos países do Leste europeu, e as barreiras alfandegárias impostas aos produtos estadunidenses por parte dos integrantes da Zona do Euro.

**31-**

A higiene ocupacional é a ciência e a arte dedicada ao estudo e gerenciamento das exposições ocupacionais a certo tipo de riscos ocupacionais, visando a preservação da saúde e bem-estar dos trabalhadores, meio ambiente e comunidade.

Assinale a alternativa que indica, corretamente, os riscos ocupacionais que são objeto da higiene ocupacional.

(A) Riscos psicossociais.

(B) Riscos ergonômicos.

**(C) Riscos ambientais.**

(D) Riscos naturais.

(E) Riscos de acidentes.

**32-**

Riscos ambientais designa um grupo específico de elementos que podem provocar lesões ou agravos à saúde do trabalhador.

Assinale a alternativa que apresenta os itens que compõem os riscos ambientais.

(A) Agentes físicos, químicos e nocivos.

(B) Agentes físicos, mecânicos e biológicos.

**(C) Agentes físicos, químicos e biológicos.**

(D) Agentes químicos, físicos e ergonômicos.

(E) Agentes químicos, mecânicos e ergonômicos.

**33-**

O Anexo I, da NR-1, do Ministério do Trabalho e Emprego, apresenta a definição dos agentes físicos, químicos e biológicos.

Nesse contexto, marque a alternativa que apresenta exemplos de agentes físicos.

**(A) Ruído e temperaturas extremas.**

(B) Vibração e umidade.

(C) Pressões anormais e vapores.

(D) Fungos e radiações ionizantes.

(E) Poeiras e altura.

**34-**

Perigo ou fator de risco corresponde às fontes que têm potencial intrínseco de causar lesões ou agravos à saúde. Risco ocupacional, por sua vez, corresponde a combinação entre a:

(A) Exposição a um agente nocivo e a intensidade dessa exposição.

**(B) Probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde e a severidade dessa lesão ou agravo.**

(C) Exigência da atividade de trabalho e a forma como ela é efetivamente realizada.

(D) Ocorrência de um evento perigoso e o número de pessoas atingidas.

(E) A soma de fatores de riscos e a qualidade das medidas de controle.

**35-**

Com relação às doenças relacionadas ao trabalho e suas etiologias, analise as assertivas seguintes.

I. doenças em que o trabalho é causa necessária, tipificadas pelas doenças profissionais, *stricto sensu*, e pelas intoxicações agudas de origem ocupacional correspondem ao grupo I de Schilling.

II. doenças em que o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida ou preexistente, ou seja, concausa correspondem ao grupo II de Schilling.

III. doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessário, exemplificadas pelas doenças comuns, mais frequentes ou mais precoces em determinados grupos ocupacionais correspondem ao grupo III de Schilling.

Marque a alternativa correta:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Somente a assertiva I está correta.**
- (C) Somente a assertiva II está correta.
- (D) Somente a assertiva III está correta.
- (E) Somente as assertivas II e III estão corretas.

**36-**

Um tipo de doença relacionada ao trabalho envolve as doenças comuns (crônico-degenerativas, infecciosas, neoplásicas, traumáticas etc.) eventualmente modificadas no aumento da frequência de sua ocorrência ou na precocidade de seu surgimento em trabalhadores, sob determinadas condições de trabalho.

Assinale a alternativa que contém um exemplo de doença que se enquadre no conceito acima apresentado:

- (A) Silicose.
- (B) Asbestose.

- (C) Dermatite.
- (D) Asma.
- (E) Hipertensão arterial.**

**37-**

O reconhecimento do acidente de trabalho tem repercussões éticas, técnicas e legais. Nesse contexto, a legislação estabelece que a caracterização técnica do acidente de trabalho, pela identificação do nexo entre o trabalho e o agravamento, incumbe a(o):

- (A) Ministério do Trabalho e Emprego.
- (B) SESMT.
- (C) Secretária de Inspeção do Trabalho.
- (D) Perícia Médica Federal.**
- (E) CIPA.

**38-**

O nexo técnico previdenciário relativo às condições especiais em que o trabalho é realizado e que não consta nas listas do Anexo II do Decreto n. 3.048/99, é denominado:

- (A) Profissional.
- (B) Do trabalho.
- (C) Individual.
- (D) Por doença equiparada a acidente de trabalho.**
- (E) Epidemiológico previdenciário.

**39-**

No que tange ao nexo técnico previdenciário, analise as seguintes assertivas

I. O nexo técnico epidemiológico previdenciário se caracteriza quando houver significância estatística da associação entre o código da Classificação Internacional de Doenças – CID e o código da Classificação Nacional de Atividade Econômicas – CNAE.

II. O nexu técnico profissional ou do trabalho está fundamentado nas associações entre as patologias e exposições constantes das listas A e B do anexo II, do Decreto 3.048/99.

III. O nexu técnico individual é aquele decorrente de acidentes de trabalho típicos ou de trajeto.

Marque a alternativa correta:

**(A) Todas as assertivas estão corretas.**

(B) As assertivas I e II estão incorretas.

(C) As assertivas II e III estão incorretas.

(D) As assertivas I e III estão incorretas.

(E) Todas as assertivas estão incorretas.

**40-**

Nos termos da NR-1, do MTE, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deve conter, no mínimo, os seguintes documentos:

(A) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

(B) Inventário de riscos e Programa de Conservação Auditiva – PCA.

(C) Programa de Proteção Respiratória - PPR e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

(D) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e plano de ação.

**(E) Inventário de riscos e plano de ação.**

**41-**

Em regra, a avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência de determinadas situações.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma situação incorreta no que tange às ocorrências que impõem uma nova avaliação de riscos:

(A) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais.

(B) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção.

**(C) antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações.**

(D) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho.

(E) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

**42-**

Nos termos da NR-9, do Ministério do Trabalho e Emprego, considera-se nível de ação:

(A) O valor acima do qual o trabalhador terá direito ao recebimento de adicional de insalubridade.

**(B) O valor acima do qual devem ser implementadas ações de controle sistemático de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições ocupacionais ultrapassem os limites de exposição.**

(C) O valor acima do qual os Auditores-Fiscais do Trabalho deverão promover o embargo da obra ou interdição do setor, atividade ou maquinário.

(D) O valor acima do qual devem ser adotadas adaptações às características psicofisiológicas dos trabalhadores.

(E) O valor acima do qual os trabalhadores estão legalmente autorizados a suspender suas atividades e comunicar ao superior hierárquico.

**43-**

Nos termos do Anexo I, da NR-9, o limite de exposição ocupacional diária à vibração de mãos e braços - VMB corresponde a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (aren) de:

- (A) 1 m/s<sup>2</sup>.
- (B) 2 m/s<sup>2</sup>.
- (C) 3 m/s<sup>2</sup>.
- (D) 4 m/s<sup>2</sup>.
- (E) 5 m/s<sup>2</sup>.**

**44-**

O calor, a poeira de sílica livre, os valores de tolueno e o vírus linfotrópico da célula T humana representam, respectivamente, agentes:

- (A) Físico, químico, químico e biológico.**
- (B) Biológico, físico, físico e químico.
- (C) Físico, físico, químico e biológico.
- (D) Biológico, químico, físico e químico.
- (E) Físico, químico, físico e biológico.

**45-**

Em conformidade com a legislação previdenciária, considera-se acidente do trabalho o evento adverso que ocorre na prestação de serviço, provocando lesão ou perturbação funcional que implique em:

- (A) Afastamento do trabalho por período superior a 15 dias.
- (B) Redução permanente da capacidade para o trabalho.
- (C) Doença de qualquer natureza, ainda que não cause incapacidade laborativa.
- (D) Perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.**
- (E) Encaminhamento do trabalhador à perícia médica do INSS.

**46-**

Considera-se doença profissional:

- (A) A doença endêmica.
- (B) A doença inerente a grupo etário.
- (C) A doença que não provoca incapacidade para o trabalho.
- (D) A doença degenerativa.
- (E) A doença peculiar a determinada atividade.**

**47-**

Os crescentes casos de dengue têm impactado diversas atividades econômicas, em razão dos afastamentos dos trabalhadores de suas ocupações laborais. Com efeito, a depender do quadro apresentado pelo paciente, os médicos têm concedido atestados médicos assegurando entre três e dez dias de afastamento, em regra.

Considerando a situação hipotética na qual uma trabalhadora foi afastada por dez dias, ela terá direito a:

- (A) Auxílio-doença.
- (B) Aposentadoria por invalidez.
- (C) Auxílio-acidente.
- (D) Pagamento de salário pela empresa.**
- (E) Estabilidade provisória.

**48-**

Assinale a alternativa INCORRETA em relação às hipóteses consideradas como equiparadas ao acidente de trabalho, tendo em vista o evento adverso ocorrido no local e horário de trabalho:

- (A) Doença desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado.**

- (B) Ofensa física intencional por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (C) Ato de imprudência de colega de trabalho.
- (D) Ato de pessoa privada do uso da razão.
- (E) Desabamento e inundação.

**49-**

Equipara-se a acidente do trabalho, nos termos da legislação previdenciária:

- (A) O acidente no percurso do trabalho para residência, desde que em transporte fornecido pelo empregador.
- (B) O acidente sofrido fora do local e horário de trabalho, durante a realização de serviço sob autoridade da empresa.**
- (C) Em viagem a serviço da empresa, se o deslocamento se dá por intermédio de transporte público ou coletivo.
- (D) O acidente decorrente de ofensa física de colega de profissão, ainda que por motivo ligado a atividades esportivas.
- (E) A doença decorrente de contaminação intencional do trabalhador.

**50-**

Na hipótese de morte do trabalhador segurado, a Comunicação de Acidente do Trabalho deve ser emitida pelo empregador:

- (A) Em 24 horas.
- (B) No prazo de um dia útil.
- (C) De imediato.**
- (D) Em 48 horas.
- (E) No 1º dia útil do mês seguinte.

**51-**

Em uma empresa de tecnologia, um grupo de empregados foi designado para trabalhar em regime de home office devido à pandemia de COVID-19.

Durante esse período, a empresa não forneceu equipamentos ergonômicos nem compensou as despesas com internet e energia elétrica. Considerando a legislação trabalhista brasileira e a obrigação da empresa em relação aos custos incorridos pelos empregados em home office, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A empresa não é obrigada a compensar nenhum custo, pois o home office é uma modalidade de trabalho voluntária.
- (B) A empresa deve compensar integralmente todos os custos, inclusive despesas pessoais indiretas.
- (C) A empresa deve fornecer os equipamentos de trabalho e reembolsar as despesas previstas em contrato.**
- (D) A empresa é obrigada a pagar adicional de home office equivalente a 20% do salário do empregado.
- (E) A empresa deve aumentar o salário do empregado em 5% para cobrir quaisquer custos de home office.

**52-**

Um empregado em regime de contrato de trabalho intermitente trabalha por convocação em uma rede de restaurantes. Em um determinado mês, ele foi convocado para prestar serviços em apenas 5 dias, totalizando 40 horas de trabalho. Referente à remuneração e aos direitos desse empregado, assinale a opção correta:

- (A) O empregado deve receber apenas pelo tempo trabalhado, sem direito a férias e 13º salário.
- B) O empregado tem direito a uma remuneração mínima mensal, independentemente das horas trabalhadas.



**(C) O empregado deve receber pelo tempo trabalhado, proporcionalmente às férias, 13º salário, e descanso semanal remunerado.**

(D) O empregado é remunerado exclusivamente por comissão, baseada no desempenho das vendas do restaurante.

(E) O empregado não tem direito a remuneração em meses em que trabalha menos de 15 dias.

**53-**

O prazo máximo para pagamento do salário, após o período de execução dos serviços, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deve ser feito:

**(A) Até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.**

(B) No último dia do mês em que o serviço foi prestado.

(C) Até o 7º dia útil do mês subsequente ao vencido.

(D) No primeiro dia útil após a conclusão do serviço.

(E) Até o 10º dia do mês subsequente ao vencido.

**54-**

De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os recentes julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre terceirização, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da responsabilidade da empresa contratante nas relações de terceirização:

(A) A empresa contratante é responsável subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não cumpridas pela empresa de prestação de serviços, em caso de inadimplência.

(B) A terceirização é permitida tanto para as atividades-meio quanto para as atividades-fim das empresas, não existindo mais essa distinção para fins de legalidade da terceirização.

(C) A responsabilidade subsidiária da empresa contratante alcança todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação de serviço.

**(D) A empresa contratante é responsável solidariamente pelas obrigações trabalhistas da empresa prestadora de serviços, devendo responder com seus bens desde o início do processo.**

(E) O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador

**55-**

Segundo a Constituição Federal, qual é a duração máxima da jornada de trabalho semanal regular?

(A) 36 horas

(B) 40 horas

**(C) 44 horas**

(D) 48 horas

(E) 50 horas

**56-**

A equiparação salarial é assegurada quando dois empregados executam a mesma função, trabalhando para o mesmo empregador no mesmo estabelecimento empresarial, desde que a diferença de tempo de serviço e na função não seja superior a, respectivamente:

(A) 2 anos e 5 anos

(B) 3 anos e 2 anos

**(C) 4 anos e 2 anos**

(D) 5 anos e 1 ano

(E) Não existe limite de tempo para a diferença de serviço ou na função.

57-

Considerando as normas sobre saúde e segurança do trabalho, o empregador é obrigado a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual (EPI) adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias, EXCETO:

(A) Quando as medidas de ordem geral não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças ocupacionais.

**(B) Quando a atividade não apresentar riscos à saúde e à segurança do trabalhador.**

(C) Quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis.

(D) Quando as medidas de proteção coletiva estiverem em processo de implementação, mas ainda não oferecerem completa proteção.

(E) Em todas as operações que envolvam riscos acentuados, independentemente das medidas de proteção coletiva implantadas.

58-

Em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, o trabalhador tem direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que será de no mínimo:

**(A) 30 dias, acrescidos de 3 dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 dias, totalizando 90 dias.**

(B) 20 dias, acrescidos de 2 dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 40 dias, totalizando 60 dias.

(C) 30 dias, acrescidos de 3 dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 90 dias, totalizando 120 dias.

(D) 30 dias para os primeiros anos de serviço, com acréscimo de 1 dia por ano subsequente, até o máximo de 90 dias.

(E) 40 dias, com acréscimo de 2 dias por ano de serviço prestado, sem limite máximo.

59-

Em uma empresa do setor de tecnologia, uma empregada gestante foi deslocada para um setor menos exigente, sem redução de salário, devido a recomendações médicas para evitar esforço físico. Após o retorno de sua licença-maternidade, ela solicitou horários flexíveis para amamentar seu filho, ainda dentro do período de amamentação previsto em lei. Considerando a legislação trabalhista vigente sobre o trabalho da mulher e os direitos relacionados à maternidade, assinale a alternativa CORRETA:

**(A) A empresa é obrigada a conceder dois descansos especiais, de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho para amamentação, até que a criança complete 6 meses de idade.**

(B) A empregada tem o direito de ser remanejada permanentemente para o setor menos exigente, mantendo seu salário, como forma de proteção à maternidade.

(C) A empresa deve permitir que a empregada trabalhe exclusivamente em home office até o final do período de amamentação para facilitar o cuidado com o filho.

(D) A flexibilização de horários para amamentação pode ser negada pela empresa se houver prejuízo significativo à produtividade ou à operação do setor onde a empregada atua.

(E) A empregada tem direito a uma licença-amamentação adicional, com duração de 30 dias, após o término da licença-maternidade, garantindo o direito de amamentar seu filho.

60-

Considerando a legislação sobre trabalho infantil e a proteção do trabalhador adolescente, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

**(A) É proibido qualquer trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.**

(B) Adolescentes entre 12 e 15 anos podem trabalhar em qualquer atividade, desde que não seja em horário noturno, perigoso ou insalubre.

(C) O trabalho do adolescente é permitido sem qualquer restrição de horário ou atividade a partir dos 16 anos.

(D) Adolescentes podem realizar trabalhos domésticos em qualquer idade, desde que haja consentimento dos pais ou responsáveis legais.

(E) É permitido o trabalho de menores de 14 anos em empresas familiares, desde que o trabalho não afete sua frequência e desempenho escolar.

61-

Sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assinale a alternativa INCORRETA:

(A) O FGTS é composto por depósitos mensais equivalentes a 8% do salário de cada trabalhador.

(B) O FGTS deve ser depositado pelo empregador até o dia 7 de cada mês em conta vinculada ao trabalhador.

(C) O trabalhador tem direito ao FGTS em caso de demissão sem justa causa, aposentadoria e para aquisição da casa própria.

(D) O trabalhador pode optar pelo saque-aniversário, retirando uma parte do saldo do FGTS anualmente, mas perde o direito ao saque total em caso de demissão.

**(E) O FGTS é opcional para o empregador, que pode escolher entre o depósito do FGTS ou uma contribuição equivalente ao INSS.**

62-

Considerando as alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista sobre a rescisão contratual, é correto afirmar que:

(A) A homologação da rescisão do contrato de trabalho de empregados com mais de um ano de serviço deve ser feita obrigatoriamente no sindicato da categoria.

**(B) Foi introduzida a possibilidade de rescisão contratual por acordo entre empregado e empregador, permitindo o levantamento de 80% do FGTS e 20% da multa rescisória pelo empregado.**

(C) A rescisão contratual por justa causa permite ao empregado o saque integral do FGTS e o recebimento da multa de 40% sobre o saldo do fundo.

(D) Apenas a empresa pode requerer a rescisão contratual por acordo, sem que o empregado tenha direito a contestar ou propor condições diferentes.

(E) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é abolido, sendo fixado em 30 dias, independentemente do tempo de serviço do empregado na empresa.

63-

Com relação ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece medidas de proteção contra:

**(A) A exigência de teste de gravidez e esterilização para admissão ou permanência no emprego.**

(B) Revistas de qualquer tipo nas empregadas ou funcionárias pelo empregador ou seu preposto.

(C) A publicação ou de anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, mesmo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.

(D) A igualdade salarial, assegurando que mulheres recebam mais que homens na mesma função.

(E) O direito a dois dias de folga por mês, independentemente do período menstrual.

**64-**

De acordo com as normas sobre duração do trabalho, o intervalo para repouso e alimentação, em uma jornada de trabalho de 8 horas, deve ser de no mínimo:

(A) 15 minutos.

**(B) 1 hora.**

(C) 30 minutos.

(D) 2 horas.

(E) Não é obrigatório intervalo para repouso e alimentação em jornadas de até 8 horas.

**65-**

Em uma empresa de grande porte, foi realizada uma eleição sindical que culminou na formação de uma comissão de empregados sem a participação do sindicato da categoria. Essa comissão tem como objetivo negociar diretamente com a empresa melhorias nas condições de trabalho. Qual é a validade jurídica dessa comissão segundo a jurisprudência trabalhista e os preceitos da CLT?

(A) Totalmente válida, pois a reforma trabalhista permite a negociação direta entre empregados e empregador sem intermédio sindical.

(B) Inválida, pois toda negociação coletiva deve ser conduzida exclusivamente pelo sindicato da categoria.

(C) Válida, mas apenas para discussão de temas não relacionados a salários e benefícios.

**(D) Válida, desde que haja recusa do sindicato em negociar, assim entendida sua inércia, silêncio ou ausência de manifestação, bem como da Federação e, na sua falta, da Confederação a que estiver vinculado.**

(E) Válida, desde que a comissão seja eleita com a presença de no mínimo 2/3 dos empregados da empresa.

**66-**

Um empregado trabalha em uma plataforma de petróleo, em regime de confinamento, por períodos de 14 dias consecutivos, seguidos por 14 dias de repouso. Considerando as Normas Regulamentadoras e a legislação aplicável ao trabalho em plataformas de petróleo, assinale a alternativa INCORRETA sobre as condições de trabalho:

(A) É obrigatória a concessão de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário.

(B) O regime de trabalho adotado deve respeitar o limite máximo de 12 horas diárias.

(C) As horas trabalhadas além da jornada regular devem ser compensadas com folgas ou remuneradas como horas extras.

(D) A empresa deve fornecer, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado aos riscos da atividade.

**(E) O trabalhador tem direito a intervalo para repouso e alimentação de 15 minutos a cada 4 horas trabalhadas.**

67-

Após a conclusão de uma inspeção de trabalho em uma fábrica de tecidos, o Auditor-Fiscal do Trabalho identificou que a empresa não estava cumprindo com as Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. Quais são as medidas que podem ser adotadas pelo auditor nessa situação?

(A) Aplicar uma multa e encerrar o caso, pois sua função é punitiva.

(B) Emitir uma recomendação para a empresa ajustar as irregularidades em um prazo determinado.

**(C) Interditar o estabelecimento ou setor afetado até que as irregularidades sejam corrigidas.**

(D) Promover um curso obrigatório de segurança do trabalho para os empregados da empresa.

(E) Solicitar a demissão imediata do responsável pela área onde foram encontradas as irregularidades.

68-

Um empregado foi demitido sem justa causa e não recebeu as verbas rescisórias no prazo legal. Em relação ao atraso no pagamento dessas verbas, assinale a alternativa que expressa a consequência legal para o empregador segundo a CLT:

(A) O empregador deverá pagar as verbas rescisórias sem acréscimos, uma vez que o pagamento será realizado.

**(B) O empregador está sujeito ao pagamento de uma multa equivalente ao salário de um mês do empregado, a ser paga diretamente a ele.**

(C) Não há penalidades previstas na legislação trabalhista para o atraso no pagamento das verbas rescisórias.

(D) O empregador deverá duplicar o valor das verbas rescisórias devido ao atraso no pagamento.

(E) O empregado tem direito a receber uma indenização por danos morais, cujo valor será determinado pela justiça.

69-

Considerando a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), que estabelece diretrizes para a implementação de Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

(A) O PCMSO deve ser coordenado por um médico do trabalho, visando à prevenção, detecção precoce e o monitoramento da saúde dos trabalhadores.

**(B) As empresas estão dispensadas de realizar o PCMSO caso possuam menos de 10 empregados.**

(C) O PCMSO deve incluir, entre outros, exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.

(D) O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores.

(E) Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, devem ser registrados em prontuário clínico individual, que deve ser mantido sob sigilo.

70-

De acordo com a Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que trata da Ergonomia, qual objetivo NÃO está contemplado por esta norma?

(A) Adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, proporcionando máximo conforto, segurança e desempenho eficiente.

(B) Estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, visando prevenir problemas de saúde relacionados ao trabalho.

**(C) Assegurar que todos os trabalhadores recebam igual remuneração por trabalho de igual valor, independentemente de sua função ou cargo.**

(D) Determinar diretrizes para a análise ergonômica do trabalho, a fim de identificar riscos ergonômicos e propor sua eliminação ou redução.

(E) Estipular requisitos para mobiliário, equipamentos e condições ambientais de trabalho, incluindo aspectos relacionados à iluminação, ruído e temperatura.

RASCUNHO

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**01-**

A descentralização de políticas públicas refere-se à transferência de competências e recursos para níveis subnacionais de governo, como estados e municípios, visando conferir-lhes maior autonomia na gestão dessas políticas.

**GABARITO: C**

**02-**

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social é o órgão governamental responsável pela coordenação e implementação dos programas nacionais de assistência social, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses programas são exemplos de políticas públicas que visam promover a inclusão social e a redução das desigualdades, especialmente entre os mais vulneráveis. Essa responsabilidade está alinhada com o princípio da descentralização das políticas públicas, onde o governo federal coordena as ações, mas a execução muitas vezes é realizada em parceria com os governos estaduais e municipais.

**GABARITO: D**

**03-**

A separação dos poderes, conforme estabelecida no art. 2º da Constituição de 1988, é essencial para garantir que nenhum poder se sobrepõe ao outro, evitando assim o abuso de autoridade e garantindo um equilíbrio saudável entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

**GABARITO: B**

**04-**

sem dúvidas, a Constituição Federal de 1988 é o documento jurídico central do Brasil, a norma hipotética fundamental, responsável por estabelecer os princípios da democracia, os direitos individuais e coletivos, e delineando a estrutura do Estado. Sua existência é crucial para a consolidação da democracia e para assegurar a participação cidadã na governança do país.

**GABARITO: E**

**05-**

o Poder Legislativo, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no plano federal, tem como principais atribuições fiscalizar as ações do Poder Executivo, elaborar leis, aprovar orçamentos e, em geral, representar os interesses da população. Essas funções são fundamentais para garantir a separação de poderes e o equilíbrio entre os órgãos do Estado, sendo o Poder Legislativo o único dos três poderes que conta com duas funções típicas (legislar e fiscalizar).

**GABARITO: B**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**06-**

O propósito principal do PNDH-3, estabelecido pelo Decreto nº 7.037/2009, é promover e proteger os direitos humanos em várias áreas da sociedade brasileira. Ele visa combater a violência, a discriminação e a impunidade, além de promover a inclusão social, a igualdade de gênero, o direito à saúde, à educação, entre outros.

**GABARITO: C**

**07-**

Uma das áreas prioritárias de atuação do PNDH-3 é a promoção da igualdade racial e étnica. Isso inclui medidas para combater o racismo, a discriminação racial e para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade étnica e cultural da população brasileira. Essa prioridade reflete o compromisso do programa com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**GABARITO: E**

**08-**

No exercício de suas funções, o servidor público tem o dever ético e legal de divulgar todas as informações sobre atos administrativos e práticas de gestão, garantindo transparência e prestação de contas à sociedade. Isso é fundamental para o fortalecimento da democracia e a promoção da confiança nas instituições públicas. Como previsto no número VII do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), ademais, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

**GABARITO: C**

**09-**

A gestão de riscos e medidas mitigatórias são práticas essenciais na Administração Pública, conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.529/2023. Essas ações tem como objetivo identificar, avaliar e responder a possíveis ameaças à integridade pública, contribuindo para a prevenção e redução de impactos negativos, além de fortalecer a governança e a transparência nas instituições governamentais.

**GABARITO: C**

**10-**

A Lei nº 12.527/2011 estabelece que os órgãos públicos têm o prazo de 20 dias úteis para responder aos pedidos de acesso à informação. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 10 dias úteis mediante justificativa expressa, conforme previsto na legislação. Essa medida visa garantir o direito dos cidadãos de acesso às informações públicas de forma transparente e eficiente.

**GABARITO: C**



## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**11-**

A criação de políticas que reconheçam e respeitem os nomes sociais dos funcionários é um passo crucial rumo à construção de ambientes de trabalho inclusivos e respeitosos. Os nomes sociais são uma parte fundamental da identidade de uma pessoa e têm um impacto significativo em seu bem-estar emocional e senso de pertencimento. Ao permitir que os funcionários usem seus nomes sociais no ambiente de trabalho, as empresas demonstram um compromisso com a diversidade, inclusão e respeito à individualidade de cada pessoa.

**GABARITO: E**

**12-**

O racismo estrutural é um conceito que descreve como as desigualdades raciais são enraizadas nas estruturas e instituições da sociedade, resultando em disparidades sistemáticas e persistentes entre grupos raciais. Ao contrário do racismo interpessoal, que se manifesta em interações individuais, o racismo estrutural refere-se a padrões institucionais, políticas públicas, práticas organizacionais e normas sociais que perpetuam a discriminação racial de maneira implícita ou explícita.

**GABARITO: E**

**13-**

Trecho da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

**GABARITO: C**

**14-**

O Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A Resolução 270/2018 do CNJ também garante o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

**GABARITO: B**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**15-**

- Impessoalidade:

Em sua essência, diz respeito à necessidade de o Estado agir de modo imparcial perante terceiros, não podendo beneficiar nem causar danos a pessoas específicas, mas sempre buscando chegar à comunidade ou um grupo amplo de cidadãos. Além disso, vincula-se ao entendimento de que os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

- Moralidade:

Esse princípio evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade. Trata de obedecer não somente a lei jurídica, mas também a lei ética da própria instituição, ou seja, o administrador público precisa seguir padrões éticos.

- Eficiência:

Este princípio exige que a atividade administrativa seja exercida de maneira eficiente, com rendimento funcional. A eficiência exige resultados positivos para o serviço público e um atendimento satisfatório, em tempo razoável.

**GABARITO: C**

**16-**

O nepotismo é uma prática que viola o princípio da impessoalidade, um dos pilares da administração pública no Brasil. O nepotismo ocorre quando uma autoridade nomeia parentes para cargos públicos, desconsiderando a capacidade técnica para o exercício do cargo.

**GABARITO: D**

**17-**

Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências):

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Controle.

**GABARITO: C**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**18-**

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais):

Da Recondução

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

**GABARITO: C**

**19-**

Não há normativamente qualquer previsão de qualquer repercussão da decisão na aposentadoria.

**GABARITO: B**

**20-**

Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências):

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

**GABARITO: B**

**21-**

A internet contribuiu para a mudança de vários processos no mundo do trabalho, inclusive na produção de mercadorias.

**GABARITO: B**

**22-**

Na terceirização, os trabalhadores não estão ligados a empresa de forma direta. Isso acaba provocando um desvinculamento da empresa de suas obrigações com um funcionário, já que ele não está contratado de forma direta.

**GABARITO: A**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**23-**

Esse aumento se dá graças à necessidade de mão-de-obra para uma maior produção dentro das fábricas, já que as demandas por produtos, vinda da população, só aumentam. A maior parte dessa mão de obra vai se encontrar no setor de serviços.

**GABARITO: D**

**24-**

No sistema capitalista sempre vai haver uma relação de exploração entre o proletário e o dono dos meios de produção. Como Marx afirmava, a partir da tomada de consciência dos trabalhadores, é possível se mobilizar em prol de seus direitos de existência e até mesmo lutar contra essa lógica.

**GABARITO: B**

**25-**

A Terceira Revolução Industrial foi responsável pela inserção de tecnologias informacionais no processo produtivo, o que passou a exigir uma menor quantidade de mão de obra nos setores primário e secundário, deslocando-a para os serviços e o comércio. Além disso, os sindicatos tiveram certo enfraquecimento e a informalidade cresceu.

**GABARITO: C**

**26-**

Holding é uma empresa criada para gerir outras empresas associadas que possuem em comum a mesma atividade produtiva ou serviço ofertado. Trata-se de uma sociedade de empresas. Em geral, essa associação é realizada por meio da negociação de ações das empresas majoritárias e minoritárias nas bolsas de valores.

**GABARITO: C**

**27-**

A partir da entrada e vivências desse trabalhador, as características que o determinado âmbito profissional o coloca, o faz perceber as problemáticas e semelhanças a sua volta e, com isso, cria-se uma identificação e ao mesmo tempo, busca por melhores condições sociais.

**GABARITO: C**

**28-**

A partir da temática apresentada que o então trabalhador pode se transformar em seu próprio chefe, a consciência proletária vai diminuindo. A ideia do “fazer o próprio dinheiro” sem ter que com isso contribuir para a aposentadoria, por exemplo, transforma (de uma certa forma) a mentalidade do motorista autônomo.

**GABARITO: A**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**29-**

O trabalho realizado no home office oferece novas perspectivas ligadas à qualidade de vida no quesito otimização do tempo e respeito ao meio ambiente. Entretanto, causa uma desvantagem em relação às relações humanas.

**GABARITO: D**

**30-**

A crise oriunda da super produção capitalista nos EUA e a recuperação econômica na Europa pós-Primeira Guerra, fez com que uma crise intensa se iniciasse nos EUA

**GABARITO: B**

**31-**

A higiene ocupacional dedica-se ao estudo e gerenciamento das exposições dos trabalhadores aos agentes físicos, químicos e biológicos, os quais compõem o conjunto denominado “riscos ambientais”. Com efeito, a higiene ocupacional não abrange todos os tipos de riscos ocupacionais ou riscos presentes no meio ambiente do trabalho, por não incluir os riscos ergonômicos e os riscos mecânicos ou de acidentes. Alternativa correta “c”.

**GABARITO: C**

**32-**

Os riscos ambientais correspondem a um conjunto específicos de riscos presentes no meio ambiente laboral, tratando especificamente dos agentes físicos (diferentes formas de energia), agentes químicos (substâncias químicas utilizadas, produzidas ou decorrentes do processo de produção) e agentes biológicos (microrganismos, parasitas e materiais orgânicos produzidos por ele). Alternativa correta “c”.

**GABARITO: C**

**33-**

Os agentes físicos correspondem a qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, seja capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador, por exemplo: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não ionizantes. Vale acrescentar que a umidade, embora seja uma condição adversa, não configura um agente físico, uma vez que não representa uma forma de energia. Alternativa correta “a”.

**GABARITO: A**

**34-**

Risco ocupacional e perigo são conceitos diferentes, no contexto da Segurança e Saúde do Trabalhador. Enquanto perigo envolve um fator que tem potencial de causar uma lesão ou um agravo, o risco se caracteriza quando esse perigo está em condições de atingir um trabalhador ou um grupo de trabalhadores. Por isso, risco é definido como a combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.

**GABARITO: B**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**35-**

As doenças profissionais e as intoxicações agudas correspondem ao grupo Schilling I. As doenças nas quais o trabalho provoca um distúrbio latente ou agrava uma doença estabelecida ou preexistente correspondem ao grupo Schilling III. As doenças em que o trabalho é fator contributivo, mas não necessário, correspondem ao grupo Schilling II. Alternativa correta “b”.

**GABARITO: B**

**36-**

O enunciado apresenta a caracterização das doenças do grupo Schilling II, no qual enquadramos doenças comuns em que o trabalho é um fator contributivo, mas não necessário, tendo nexos causal é de natureza eminentemente epidemiológica. São exemplos a hipertensão arterial e as neoplasias. Alternativa correta “e”.

**GABARITO: E**

**37-**

Considerando o Decreto n. 3.048/99, que regulamenta a Lei 8.213/91 e aprova o Regulamento da Previdência Social, incumbe à Perícia Médica Federal a caracterização técnica do acidente de trabalho, por meio da identificação do nexo entre o trabalho e o agravo, conforme dispõe o art. 337 do referido diploma.

O SESMT e a CIPA têm atribuições para conduzir ou acompanhar as investigações sobre os acidentes de trabalho. Alternativa correta “d”.

**GABARITO: D**

**38-**

O nexo técnico previdenciário é dividido em três grupos: nexo técnico profissional ou do trabalho; nexo técnico por doença equiparada a acidente do trabalho e individual e nexo técnico epidemiológico previdenciário. Com efeito, na hipótese de ser verificada doença relacionado ao trabalho que provocou lesão ou agravos à saúde do trabalhador e que não esteja nas listas A e B do Anexo II, do Decreto 3.048/99, temos a configuração do nexo técnico por doença equiparada. Alternativa correta “d”.

**GABARITO: D**

**39-**

O nexo técnico previdenciário é dividido em três grupos e as assertivas apresentadas pelo enunciado da questão apresenta definições corretas em relação ao nexo técnico epidemiológico previdenciário (correlação entre a CID e o CNAE), ao nexo técnico profissional e do trabalho (doenças listadas no Anexo II, do Decreto n. 3.048/99) e ao nexo técnico individual (hipótese de acidente do trabalho típico ou de trajeto). Alternativa correta “a”.

**GABARITO: A**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**40-**

O item 1.5.7.1, da NR-1, do MTE, dispõe que o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, deve conter, no mínimo, dois documentos: o inventário de riscos e o plano de ação. Cumpre acrescentar que em cada caso concreto, o PGR pode ser composto também por outros documentos pertinentes, porém dos documentos mínimos são os dois acima mencionados. Alternativa correta “e”.

**GABARITO: E**

**41-**

Existem cinco gatilhos que impõem a realização de uma nova avaliação de riscos: após a implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais; após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes; quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção; na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho e quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis. Alternativa correta “c”.

**GABARITO: C**

**42-**

No que respeita à intensidade do agente nocivo, há dois marcadores relevantes para as normas regulamentadoras: nível de ação e limite de exposição. Com efeito, compreende-se o nível de ação aquele patamar acima do qual a organização deve empreender medidas de prevenção com a finalidade de evitar que a exposição ocupacional atinja o limite de exposição. Alternativa correta “b”.

**GABARITO: B**

**43-**

Em relação ao agente físico vibração, há dois tipos de exposições ocupacionais avaliadas: a vibração de mãos e braços e a vibração de corpo inteiro. No que tange à vibração de mãos e braços, a caracterização do nível de ação e do limite de exposição é aferida considerando a aceleração resultante da exposição normalizada. Aqui, o nível de ação é 2,5 m/s<sup>2</sup> e o limite de exposição é 5 m/s<sup>2</sup>. Alternativa correta “e”.

**GABARITO: E**

**44-**

O calor é uma forma de energia, portanto é um agente físico. A poeira de sílica livre e os vapores de tolueno são substâncias químicas que podem ser absorvidas por vias respiratórias, configurando, ambos, agentes químicos. O vírus linfotrópico da célula T humana é um microrganismo, exemplificando um agente biológico. Alternativa correta “a”.

**GABARITO: A**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**45-**

Acidente do trabalho é instituto previdenciário caracterizado por três núcleos essenciais: prestação de serviço a empresa, empregador doméstico ou no serviço do segurado especial; evento que cause lesão ou perturbação funcional e, em terceiro lugar, tenha como consequência a morte ou a perda ou redução, de maneira temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho. Alternativa correta “d”.

**GABARITO: D**

**46-**

As doenças relacionadas ao trabalho se dividem em dois grupos, nos termos do art. 20, da Lei 8.213/91. Com efeito, temos as doenças do trabalho que decorrem das condições especiais nas quais o trabalho é realizado e as doenças profissionais que são produzidas ou desencadeadas em virtude do trabalho peculiar a determinada atividade. Alternativa correta “e”.

**GABARITO: E**

**47-**

Durante os primeiros quinze dias de afastamento do trabalhador, o seu contrato de trabalho é interrompido, de maneira que ele não prestará serviço e a empresa arca com o pagamento do salário relativo aos dias de afastamento. Os benefícios previdenciários só têm lugar quando o afastamento é igual ou superior a 16 dias. Alternativa correta “d”.

**GABARITO: D**

**48-**

O art. 21, da Lei 8.213/91, apresenta situações que são consideradas equiparadas ao acidente de trabalho. As alternativas “b”, “c”, “d” e “e” referem-se justamente a acidentes do trabalho por equiparação, conforme dispõe o inciso II, do art. 21, da lei mencionada. Já a doença desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado é considerada como acidente de trabalho e não acidente de trabalho por equiparação. Alternativa correta “a”.

**GABARITO: A**

**49-**

As alternativas “a” e “c” estão erradas por condicionar a caracterização do acidente do trabalho por equiparação à modalidade de transporte (de fato, o reconhecimento do evento adverso não depende da forma do transporte). A alternativa “d” está incorreta pois a ofensa física deve ser por disputa relacionada ao trabalho. A alternativa “e” está errada por mencionar contaminação “intencional” do trabalhador. De fato, a alternativa correta, nos termos da lei, é a alternativa “b”.

**GABARITO: B**



## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**50-**

A emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho é obrigação imposta à empresa ou tomador de serviços e deve observar o prazo de um dia útil para acidentes que causem perda ou redução da capacidade laboral e, no caso de óbito do trabalhador, a comunicação deve se dar de imediato à autoridade competente. Alternativa correta “c”.

**GABARITO: C**

**51-**

A alternativa correta é a C, pois segundo a legislação trabalhista brasileira, em regime de teletrabalho ou home office, a responsabilidade por custear os equipamentos necessários para a execução do trabalho e as despesas adicionais deve ser acordada previamente entre empregador e empregado (art. 75-D, CLT). As demais alternativas estão incorretas porque não refletem as obrigações legais específicas do empregador em relação ao home office.

**GABARITO: C**

**52-**

A alternativa C é a correta porque no regime de contrato de trabalho intermitente, o pagamento é proporcional às horas ou dias de trabalho, incluindo as devidas proporções de férias, 13º salário e descanso semanal remunerado (art. 452-A, §6º, CLT). As demais alternativas estão incorretas por não refletirem adequadamente os direitos trabalhistas aplicáveis ao contrato de trabalho intermitente.

**GABARITO: C**

**53-**

A alternativa A é a correta, pois a CLT estabelece que o pagamento do salário deve ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado. As demais alternativas estão incorretas porque não estão de acordo com o prazo estipulado pela legislação trabalhista brasileira.

**GABARITO: A**

**54-**

A alternativa D é INCORRETA pois, conforme a Súmula 331 do TST, a empresa contratante possui responsabilidade subsidiária, e não solidária, pelas obrigações trabalhistas não cumpridas pela empresa de prestação de serviços. Isso significa que a contratante só será responsabilizada se esgotados os meios de cobrança contra a empresa prestadora. A letra A está correta, refletindo o entendimento de que a empresa contratante tem responsabilidade subsidiária em casos de inadimplência da empresa de serviços terceirizados, assim como a letra B, pois o Tema 725 de repercussão geral do STF permitiu a terceirização tanto de atividades-meio quanto de atividades-fim, sem restrições quanto à natureza da atividade terceirizada. A letra C está correta, indicando que a responsabilidade subsidiária da empresa contratante abrange todas as verbas devidas em decorrência da relação de trabalho durante o período em que foi prestado o serviço. Por fim, a letra E está correta, pois evidencia a aplicação da responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços nas obrigações trabalhistas não cumpridas pela empresa de prestação de serviços, conforme previsto na jurisprudência trabalhista. **GABARITO: D**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**55-**

A alternativa correta é C, pois a CLT estabelece a duração máxima da jornada de trabalho semanal regular em 44 horas. Vale lembrar que a jornada diária regular é de 8 horas. Inteligência do art. 7º, XIII, da CF/88 e art. 58, da CLT.

**GABARITO: C**

**56-**

A alternativa C é correta. A equiparação salarial é assegurada pelo art. 461 da CLT, desde que referente ao trabalho de igual valor (igual produtividade e com a mesma perfeição técnica), de idêntica função, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos (§1º).

**GABARITO: C**

**57-**

Todo trabalhador urbano e rural tem direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, XXII, CF/88). A alternativa B é a correta porque o empregador não é obrigado a fornecer EPI quando a atividade exercida não apresenta riscos à saúde e à segurança do trabalhador.

**GABARITO: B**

**58-**

O aviso-prévio, previsto no art. 487, II, da CLT, foi regulamentado pela Lei 12.506/11, segundo a qual o empregado que contar com até 1 ano de empresa terá direito a 30 dias, que serão acrescidos de mais 3 dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 dias. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

**GABARITO: A**

**59-**

O artigo 396 da CLT estabelece claramente que a mulher que amamenta tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada, durante a jornada de trabalho, até que o filho complete 6 meses de idade, o que reflete o disposto na alternativa A. A letra B é incorreta pois as adaptações de função são geralmente temporárias e focadas no período de gestação ou em condições específicas de saúde. A letra C é incorreta já que, embora o trabalho remoto possa ser uma alternativa, essa decisão fica a critério do acordo entre empregado e empregador, não sendo uma imposição legal. A alternativa D contraria o art. 396 da CLT. Por fim, a letra E é incorreta porque não existe na legislação trabalhista uma licença-amamentação adicional de 30 dias após a licença-maternidade.

**GABARITO: A**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**60-**

O artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Esta disposição é uma medida de proteção ao menor, visando garantir sua saúde, segurança e desenvolvimento educacional. Lembre-se de que a Convenção 182 da OIT dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil, dentre as quais está o trabalho doméstico.

**GABARITO: A**

**61-**

A questão pede a incorreta. A alternativa E está incorreta porque o FGTS não é opcional para o empregador; ele é obrigatório, conforme estabelecido pelo art. 7º, III, da CF/88, e não existe a opção de substituir o depósito do FGTS por uma contribuição equivalente ao INSS. Com relação ao saque-aniversário do FGTS, seu fundamento legal encontra-se no art. 20, §2º, II, da Lei 8.036/90 e as hipóteses de saque estão dispostas no art. 20 da mesma lei.

**GABARITO: E**

**62-**

A alternativa B é correta, pois a Reforma Trabalhista introduziu a possibilidade de rescisão do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, permitindo ao empregado o saque de 80% do saldo do FGTS, com direito à multa de 20% sobre o saldo, metade do aviso-prévio e na integralidade as demais verbas (art. 484-A e §1º, da CLT). Após a Reforma Trabalhista, a homologação da rescisão de empregados com mais de 1 ano não precisa mais de assente do Sindicato. O aviso-prévio é proporcional ao tempo de serviço e é regido pela Lei 12.506/2011.

**GABARITO: B**

**63-**

A alternativa A está correta, pois a lei proíbe práticas discriminatórias para admissão ou permanência no emprego, como a exigência de teste de gravidez ou esterilização (art. 373-A, IV, CLT). As demais alternativas apresentam informações que não são contempladas pela legislação referida.

**GABARITO: A**

**64-**

A alternativa B é correta. Para jornadas de trabalho que excedam a 6 horas, a legislação trabalhista exige um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 hora, não podendo exceder a 2 horas, salvo acordo escrito ou contrato coletivo (art. 71, CLT); para jornadas de até 4 horas, não há intervalos; de 4 a 6 horas de trabalho, o empregado terá direito a 15 minutos de intervalo.

**GABARITO: B**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**65-**

A alternativa D é correta, pois, embora a CLT traga a possibilidade de comissões de empregados para representá-los frente ao empregador, a negociação de direitos e benefícios ainda exige a participação sindical, a menos que haja uma autorização expressa do sindicato para atuação independente da comissão, ou reste configurada sua recusa, bem como da Federação e da Confederação a que esteja vinculado (art. 617, §1º, CLT).

**GABARITO: D**

**66-**

Alternativa A – correta (Art. 193, CLT); Alternativa B – correta. A legislação trabalhista brasileira, em sua norma geral, limita a jornada de trabalho a 8 horas diárias, podendo ser estendida até 12 horas em casos específicos de regimes especiais de trabalho, desde que haja compensação ou acordo coletivo que respeite os limites legais. Alternativa C – correta (art. 59, CLT); Alternativa D – correta (NR-6). A alternativa E é incorreta, pois a legislação trabalhista e as normas aplicáveis não especificam um intervalo de 15 minutos a cada 4 horas para atividades em plataformas de petróleo, sendo essa uma condição que pode variar conforme negociação coletiva ou especificidades da atividade.

**GABARITO: E**

**67-**

A alternativa C é correta, pois, entre as medidas que podem ser adotadas pelo Auditor-Fiscal do Trabalho frente a irregularidades que colocam em risco a segurança e saúde dos trabalhadores, está a interdição do estabelecimento ou setor afetado até que a situação seja regularizada (art. 161, §2º, CLT, NR-3 e art. 21, XXIV, da CF/88). A NR-3 estabelece que, verificada situação de risco grave e iminente que possa causar lesão grave à integridade física do trabalhador, o auditor fiscal do trabalho tem a prerrogativa de interditar o estabelecimento, o setor de serviço, a máquina ou o equipamento.

**GABARITO: C**

**68-**

A alternativa B é correta, pois o empregador deve pagar ao empregado as verbas rescisórias em 10 dias a contar do término do contrato de trabalho, sob pena de pagar uma multa em seu favor, em valor equivalente ao seu salário, salvo quando o trabalhador, comprovadamente, der causa à mora (art. 477, §§ 6º e 8º, da CLT).

**GABARITO: B**

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

**69-**

Todas as empresas, independentemente do número de empregados, são obrigadas a implementar o PCMSO, conforme estabelecido na NR-7. Não existe dispensa com base na quantidade de empregados. A NR-7 realmente especifica que o PCMSO deve ser coordenado por um médico do trabalho, com foco na saúde dos trabalhadores. Há a obrigatoriedade de realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais dentro do PCMSO. Ele não se limita a uma ação isolada, mas faz parte de um conjunto mais amplo de práticas voltadas à promoção da saúde no ambiente de trabalho. A NR-7 determina a necessidade de registro e sigilo das informações obtidas nos exames médicos dos empregados.

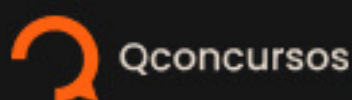
**GABARITO: B**

**70-**

A alternativa C é INCORRETA, pois a NR-17 foca na adaptação das condições de trabalho às características dos trabalhadores, visando à ergonomia e não trata especificamente sobre questões salariais ou remuneração igualitária.

O principal objetivo da NR-17 é a adaptação do trabalho às características dos trabalhadores para melhorar conforto e eficiência. Um outro objetivo da ergonomia é prevenir problemas de saúde que possam ser causados por condições de trabalho inadequadas. A análise ergonômica do trabalho é uma das diretrizes estabelecidas pela NR-17 para identificar e mitigar riscos ergonômicos. A NR estabelece, ainda, requisitos específicos para o mobiliário e as condições ambientais de trabalho, incluindo iluminação, ruído e temperatura, para garantir um ambiente de trabalho adequado e seguro.

**GABARITO: C**



# Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

**+de 350** cursos preparatórios

**+1.8 milhões** de questões em concursos

**+10 milhões** de comentários em questões

**+2 mil** mapas mentais

**+4 mil** cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

**Cadastre-se para acessar.**